



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número — Kz: 100,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do « <i>Diário da República</i> », deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E. P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS		O preço de cada linha publicada nos <i>Diários da República</i> 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P.
		Ano	
	As três séries.	Kz: 400 275,00	
	A 1.ª série	Kz: 236 250,00	
	A 2.ª série	Kz: 123 500,00	
A 3.ª série	Kz: 95 700,00		

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto presidencial n.º 123/10:

Actualiza em 5,4% as pensões atribuídas em regime especial aos antigos combatentes, deficientes de guerra e familiares de combatentes tomados ou perecidos. — Revoga o disposto no Decreto n.º 87/09, de 7 de Dezembro.

Decreto presidencial n.º 124/10:

Aprova a proposta de aumento de capital social de USD 120 000 000,00 do projecto de investimento Coca-Cola Botling (Luanda), S. A.

Decreto presidencial n.º 125/10:

Aprova a submissão do projecto «Coca-Cola Botling (Luanda), S. A.» ao regime da Lei n.º 11/03, de 13 de Maio — Lei de Bases do Investimento Privado.

Decreto presidencial n.º 126/10:

Aprova o projecto de investimento privado «CIMINVEST — Sociedade de Investimento e Participações, S. A. (Transmissão de Acções).

Decreto presidencial n.º 127/10:

Aprova o projecto de investimento «EKA, S. A.», no valor global de USD 224 276 186,00.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto presidencial n.º 123/10

de 5 de Julho

Convindo reajustar as pensões atribuídas em regime especial aos antigos combatentes, deficientes de guerra e familiares de combatentes tomados ou perecidos, face ao incremento salarial da função pública, na ordem de 5,4%.

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea *l*) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º**(Actualização de pensões)**

As pensões atribuídas em regime especial aos antigos combatentes, deficientes de guerra e familiares de combatentes tomados ou perecidos, são actualizadas em 5,4%, com os seguintes valores:

N.º	Designação da categoria	Valor da pensão em Kz
1.º	Antigo combatente	11 629,85
2.º	Deficiente de guerra do grupo I	11 629,85
3.º	Deficiente de guerra do grupo II	11 006,81
4.º	Deficiente de guerra do grupo III	10 655,76
5.º	Deficiente de guerra do grupo IV	10 157,31
6.º	Órfão de combatente	9 653,76
7.º	Ascendente de combatente	9 534,21
8.º	Viúva de combatente	9 534,21
9.º	Acompanhante	11 006,81

ARTIGO 2.º**(Forma de pagamento)**

1. O pagamento das pensões referidas no presente diploma deve ser efectuado por via de crédito bancário em conta aberta por cada pensionista, nas agências bancárias das respectivas áreas de localização.

2. Nas localidades onde não existem agências bancárias, o pagamento é efectuado pelos serviços locais dos antigos combatentes e veteranos de guerra.

mento na ordem dos USD 168 496 000,00, bem como futuros aumentos e alargamentos da actividade que o projecto venha a necessitar no quadro do seu contínuo desenvolvimento.

Art. 3.º — O presente decreto presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 26 de Maio de 2010.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Junho de 2010.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto presidencial n.º 126/10

de 5 de Julho

Considerando que, nos termos do artigo 36.º da Lei n.º 11/03, de 13 de Maio (Lei de Bases do Investimento Privado), foi presente na Agência de Investimento Privado — ANIP, a proposta de investimento privado «CIMINVEST — Sociedade de Investimento e Participações, S. A. (Transmissão de Acções)», cuja finalidade é a aquisição de 30% das acções da CIMINVEST, S.A. pela Dorsay Sgps, Unipessoal, S. A., por via da compra da totalidade das acções e do crédito de suprimentos detidas pela accionista «IPI — Investimentos e Participações Industriais, S.A.» na sociedade CIMINVEST, S. A.;

Tendo em conta que as operações do investimento que se pretende realizar enquadra-se nas alíneas *a*) e *h*) do artigo 9.º, ambos da Lei de Bases do Investimento Privado. E que por força do volume do capital do investimento se submete ao regime contratual, alínea *a*) do artigo 34.º, cuja competência para aprovação é do Conselho de Ministros, conforme preceituado no artigo 55.º da citada lei;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea *d*) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, da Constituição da República de Angola, o seguinte:

Artigo 1.º — Aprovar o projecto de investimento privado «CIMINVEST — Sociedade de Investimento e Participações, S.A. (Transmissão de Acções)», no valor de USD 12 242 172,86, sob o regime contratual, cuja finalidade é a aquisição de 30% das acções da sociedade de direito angolano acima referida, detida pela «IPI — Investimentos e Participações Industriais,

S. A.» bem como dos créditos por suprimentos titulados por esta, a ser realizado integralmente pela transferência de fundos do exterior pela Dorsay Sgps, Unipessoal, S. A.

Art. 2.º — A Agência Nacional para o Investimento Privado — ANIP deve, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 11/03, de 13 de Maio (Lei de Bases do Investimento Privado), autorizar a transmissão de acções.

Art. 3.º — O presente decreto presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 26 de Maio de 2010.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Junho de 2010.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto presidencial n.º 127/10

de 5 de Julho

Considerando que, no âmbito da Lei n.º 11/03, de 13 de Maio, a sociedade «EKA — Empresa de Cervejas de Angola, S. A.», pessoa colectiva de direito angolano, com sede no Município do Dondo, Província do Cuanza-Norte, Angola, desenvolveu com êxito nos termos autorizados e constantes da Resolução n.º 46/07, de 4 de Junho, do Conselho de Ministros, o projecto de investimento denominado «EKA, S. A. — Projecto de Expansão e Modernização»;

Considerando que o referido projecto está a corresponder, com êxito, aos objectivos económicos e sociais preconizados e que as condições actuais do mercado justificam a necessidade de um aumento do investimento já realizado.

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea *d*) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

Artigo 1.º — É aprovado o projecto de investimento «EKA, S.A.», no valor global de USD 224 276 186,00, sob o regime contratual, bem como o contrato de investimento, a ele anexo e do qual é parte integrante.

Art. 2.º — O valor do aumento de investimento de USD 224 276 186,00 deve ser realizado cumulativamente nos termos e período compreendido entre 2008/2012, da seguinte forma:

Até 2008USD 19 741 359,00;
Até 2009..... USD 28 690 428,00;
Até 2010.....USD 34 826 224,00;
Até 2011.....USD 63 549 552,00;
Até 2012.....USD 77 468 620,00.

Art. 3.º — A ANIP — Agência Nacional para o Investimento Privado deve, nos termos do disposto no artigo 58.º da Lei n.º 11/03, de 13 de Maio (Lei de Bases do Investimento Privado), aprovar os aumentos de investimento e o alargamento da actividade que o projecto venha a necessitar, no quadro do seu contínuo desenvolvimento.

Art. 4.º — O presente decreto presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 26 de Maio de 2010.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Junho de 2010.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.